

CLIPPING IMPRESSO

10/06/2019



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO

1.1. EVENTOS..... 1 - 3

Audiência

Reforma da Previdência é tema de debate na Assembleia

POLÍTICA 3

Previdência: presidente de comissão especial tem audiência no MA

Evento contará, também, com a presença de deputados federais e estaduais, membros do Judiciário, do MP, advogados, defensores públicos e sociedade

A Assembleia Legislativa do Maranhão realiza hoje, audiência pública que debaterá a Reforma da Previdência. O evento começa às 9h, no auditório Fernando Falcão.

O debate, proposto pelo presidente da Casa, deputado estadual Othelino Neto (PCdoB), contará com a presença do presidente da Comissão Especial que analisa a proposta em tramitação na Câmara dos Deputados, deputado Marcelo Ramos (PR-AM).

Além de deputados federais e estaduais, o evento contará, também, com a presença de membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, advogados, defensores públicos, autoridades e representantes de entidades civis de classe.

Durante a audiência, serão debatidos os pontos mais polêmicos da Proposta de Emenda à Constituição 6/19, que pretende alterar o sistema de Previdência Social para os trabalhadores do setor privado e para os servidores públicos de todos os Poderes e de todos os entes federados (União, estados e municípios).

Caso a PEC seja aprovada, a idade mínima para a aposentaria será de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres. Há regras de transição para os atuais contribuintes.

Atualmente, a proposta encontra-se na fase de análise das emendas apresentadas. Ao todo, o relator deverá analisar 277 sugestões, com expectativa de conclusão do parecer sobre o mérito da proposta até o dia 15 de junho.

Economia

Projeção da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia prevê uma economia de R\$ 6,24 bilhões para o Maranhão nos próximos 10 anos



Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Presidente da comissão especial, Marcelo Ramos debaterá pontos polêmicos do texto proposto pelo governo

com a Nova Previdência. Deste total, R\$ 5,55 bilhões correspondem ao que o estado deixará de gastar com pagamentos de aposentado-

Aprovação da PEC tem apoio popular

Secretaria projeta economia de R\$ 6,2 bi no MA

rias, pensões e demais benefícios dos servidores estaduais e R\$ 690 milhões com policiais militares e

bombeiros.

A economia é consequência das alterações nas novas regras de cálculo para os benefícios, nas alíquotas de contribuição e no tempo de atividade dos servidores previstas na proposta de emenda à Constituição que tramita na Câmara dos Deputados.

Pelo texto, as mudanças valerão tanto para os funcionários da União quanto para os dos estados. O mesmo ocorrerá com as carreiras militares estaduais, que, de acordo com projeto de lei apresentado pelo governo, deverão seguir as regras das Forças Armadas.

Em toda a região Nordeste, a estimativa é de que essa economia possa chegar a R\$ 76,24 bilhões em

10 anos. Se levados em conta os valores que deixarão de ser gastos em todas as unidades federativas do Brasil, em uma década os governos terão deixado de gastar R\$ 350,66 bilhões.

Para o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, a aprovação da Nova Previdência vai contribuir para equilibrar as contas dos estados.

“O modelo em que estamos ruiu. Estados e municípios têm dificuldades de prover necessidades básicas da população, de educação, de segurança, de infraestrutura. O orçamento é gasto com o pagamento de salários, aposentadorias e benefícios”, afirma. ●

Municípios que adotaram regime próprio têm déficit no Maranhão

Dados são de levantamento elaborado pelo Ministério Público vinculado ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA), em conjunto com o Ministério Público estadual, e divulgados por O Estado

Um dos temas que devem nortear a fase final de discussões sobre a reforma é a inclusão, ou não, de estados e municípios na proposta.

No caso do Maranhão, a Previdência estadual vem registrando seguidos déficits anuais. Mas municípios também enfrentam problemas. Levantamento elaborado pelo Ministério Público vinculado ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA), e divulgado com exclusividade por O Estado, aponta que aproximadamente 30% dos municípios maranhenses que adotaram regimes próprios de previdência social têm déficit nas contas.

Atualmente, segundo dados dos dois órgãos, no Maranhão 43 entes municipais adotam regime próprio. Destes, 13 estão em "situação grave", com orçamento deficiente, conforme levantamento apresentado na reunião pelo procurador do Ministério Público de Contas, Jairo Cavalcanti Vieira.

Para orientar prefeitos a controlar a situação, TCE e MPE lançaram em maio o Projeto Previdência Legal, motivado pelos saldos negativos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos municípios maranhenses.

Inicialmente, a finalidade é orientar os gestores dos municípios maranhenses, que adotam o RPPS, para a necessidade dos recolhimentos re-



No Maranhão, 43 municípios adotaram regime próprio de previdência, e 13 estão em "situação grave"

gulares e da manutenção dos fundos.

Entre os benefícios esperados pela implementação do projeto estão: profissionalização da gestão dos RPPS municipais, equilíbrio financeiro dos regimes a longo prazo, diminuição do risco de futura crise fiscal nos municípios e promoção da segurança previdenciária.

Em caso de permanência das irregularidades, serão adotadas medidas como abertura de inquérito para apurar a situação e supostos desvios dos RPPS, assinatura de Ter-

mos de Ajustamento de Conduta (TACs), requerimento para a substituição dos gestores, intervenção nos regimes, bloqueio dos recursos, entre outros.

A coordenadora do CAOp/PIPD, Gabriele Gadelha, explica que o Ministério Público do Maranhão pretende avaliar a situação atual do regime de cada município, o grau de regularidade e os recursos que possuem em caixa. "Vamos atuar de forma preventiva para garantir a viabilidade financeira dos regimes para

que no futuro o cidadão tenha direito a sua aposentadoria", diz.

O procurador do MPC Jairo Cavalcanti lembra que o levantamento inicial sobre a situação dos RPPS desperta muita preocupação. "A maioria deles está bem abaixo do desempenho da média nacional, com problemas de caixa e de sustentabilidade e sem a documentação exigida legalmente. "Percebemos que precisamos de melhorias na gestão para garantir a saúde fiscal e o bem-estar da população destes municípios". ●